
CIÊNCIA E POLÍTICA NA/DA HISTÓRIA

Entrevista com Eduardo Guimarães

Primeiramente, gostaria que o senhor falasse de sua formação, graduação, pós-graduação.

Eu sou formado em Letras, chamava Letras Português/Francês, tenho formação também em Francês, Literatura de Língua Francesa. Fiz minha graduação na segunda parte da década de 60, 66 a 69, numa faculdade em Uberaba, nas Faculdades Integradas São Thomas de Aquino.

Em seguida, fui monitor de Língua Portuguesa, já no final do curso, em 69, enquanto aluno. Depois de 70 a 72 fui professor de Língua Portuguesa e de lingüística desta faculdade, e aí no final de 72, eu saí pra procurar fazer uma pós-graduação.

Eu fiz o mestrado e o doutorado na USP. Entrei no mestrado em 74, terminei em 76, entrei no doutorado em 76 e terminei em 79, em seqüência. Bom, este é o percurso geral.

O meu mestrado e o meu doutorado são dois trabalhos a respeito da questão da modalização, da modalidade, da modalização em Língua Portuguesa. Os dois já são estudos enunciativos, e o segundo, o doutorado, já considera esta questão, a da modalidade, do ponto de vista argumentativo. Não sei se tem alguma coisa mais específica que você gostaria de saber sobre a minha formação, mas o percurso basicamente é este.

E sobre sua formação intelectual, o que despertou seu interesse, quais as influências que o senhor teve?

Isso é uma coisa que às vezes não é muito perceptível pra gente. Olhando retrospectivamente... Bom, a primeira coisa é que desde a minha formação, antes de eu entrar na universidade, eu procurei fazer um curso de Letras porque uma das coisas com que eu tinha uma relação muito próxima era com Literatura. Desde meu curso ginasial, eu lia muito, também no colegial. Então, eu procurei uma coisa em nome desta questão da literatura, do estudo da literatura, da possibilidade de escrever literatura, de fazer literatura, foi por isso que eu procurei o Curso de Letras. Ao olhar o currículo, porque quando eu comecei a olhar isso eu procurei olhar os currículos dos cursos. Na verdade, eu tinha algumas alternativas, entre Direito e

Letras, por exemplo, e pelo currículo eu disse: não, eu acho que minha questão é a da escrita, então vai ser isso. Entrei no curso de Letras por conta desta questão da Literatura. A literatura é algo com que eu tenho uma relação muito permanente.

Bom, isso me levou, ao curso de letras. Mas durante minha formação vieram outros interesses, e, no final do meu curso, eu fui convidado para ser monitor da cadeira de Língua Portuguesa, isso me inseriu profissionalmente neste momento, e eu acabei me envolvendo a partir daí. Isto tem a ver com a minha atuação como aluno, nestas disciplinas, principalmente na disciplina de Lingüística. Na minha faculdade, era a primeira ou segunda turma que tinha lingüística no programa e era um ano só, então, a minha relação com essa disciplina. Eu via nela um caminho novo para pensar as questões da área, acho que me levou um pouco, e também certas questões de Língua Portuguesa, a essa situação da monitoria.

Acho que a definição teórica pra mim aparece mais tarde, depois do meu curso de graduação, quando eu comecei a lecionar na cadeira de Língua Portuguesa, como professor. A minha atitude foi a de procurar produzir uma mudança no programa desta cadeira. O programa era claramente filológico até aquele momento. E mesmo um outro professor que entrou nesta cadeira em substituição a este professor de tradição filológica acabou tendo uma posição muito mais gramatical e normativa. Mantinha-se essa posição tradicional. Com o substituto, era até mais que tradicional. Quando eu entrei, em virtude exatamente dessas coisas novas que a lingüística tinha trazido, que estava trazendo, eu procurei estabelecer um programa para colocar aquilo que fosse de outro caráter e que a lingüística estivesse fortemente presente.

Desta maneira, aquilo que eu pude trazer mais de imediato foi o trabalho de Mattoso Câmara, inclusive os trabalhos de descrição do Português, que eram coisas que não eram usadas no curso, mas ao mesmo tempo tinha uma questão que me interessava muito, naquele momento, que era o que se apresentava a partir da Estilística. Inclusive eu introduzi uma disciplina de Estilística no programa naquele momento. Essa coisa da Estilística não é uma coisa que me interessa hoje deste ponto de vista, desta maneira. Mas eu percebo é que a questão da estilística me interessava porque, naquele conjunto disciplinar, que eu tinha à disposição naquele momento, me colocava o problema da enunciação, ou seja, a questão do lugar de autor que formula. Acho que isso começa um pouco por aí, quer dizer, a definição de uma certa especificidade.

Quando eu vim fazer o mestrado e doutorado, é o meu contato, quer dizer, eu fiz o doutorado na USP, onde a predominância naquele momento era claramente da semiótica, como permaneceu durante muito tempo. Embora eu tenha estudado bastante isso naquele momento, eu procurei algumas outras alternativas, daí entrei em contato com o departamento de Lingüística da UNICAMP, com algumas pessoas e, a partir daí, eu fui tendo a possibilidade de encontrar outro lugar teórico. Foi aí que conheci o trabalho de Ducrot, ele próprio pessoalmente, nesta época. Assim a questão da enunciação toma forma.

Por outro lado, a questão da Língua portuguesa é uma questão que, curioso, sempre me acompanha. É uma coisa muito presente pra mim, sempre foi, ainda hoje é, então eu escolhi uma certa questão em especial. No mestrado, foi a questão dos verbos auxiliares modais. Tratei-a enunciativamente. Depois, no doutorado, aí eu coloquei a mesma questão da modalidade, mas num certo ponto de vista mais geral, tomando um conjunto de enunciados mais restritos. No doutorado, eu me ocupei mais fortemente da questão das formas do passado, das formas modalizadas do passado, e tratando isso argumentativamente. Então, a vinculação teórica veio um pouco por um modo de estar na relação com essas coisas e que eu acho que tem a ver com a questão da minha relação com a literatura num certo sentido, e o fato de que este lugar da escrita sempre foi um lugar que me tocou muito. O lugar da escrita, o lugar da leitura e tal, e aí o lugar que a Estilística teve naquele momento remoto pra mim e depois isso veio se apresentar sobre uma forma teórica atualizada que é esta questão da enunciação.

E como é que o senhor produziu, agora falando deste contato com outras teorias, como é que é para o senhor produzir um texto conjuntamente com algum teórico de outra área, como o senhor já produziu várias vezes com a professora Eni Orlandi, como é essa discussão teórica, há embate de conceitos, como se dá essa discussão pra depois se produzir um texto?

Olha, eu acho que isso está mais ligado ao fato de que, em alguns casos, está mais ligado ao fato de que são pessoas, no caso da Eni, pessoas com quem eu tenho um trabalho, uma parte do trabalho que nós fazemos dentro de certos projetos em conjunto. O desenvolvimento da questão já se dá no próprio andamento do projeto, no modo como o projeto vai se dando, as discussões vão se

dando ali. À medida que isso caminha, quer dizer, nas soluções que a gente encontra, nas dificuldades, num certo embate às vezes de uma posição ou outra pra tentar achar uma solução, aquilo leva um pouco naturalmente a que texto a gente precisa fazer. Nestes casos de co-autoria, e aí a co-autoria tem até um aspecto extremamente natural porque é mais ou menos tácito pra gente o que é que cada um vai escrever. Por quê? Porque há questões que me ocupam mais e há questões que ocupam mais a ela. Por exemplo, neste caso então é evidente que dado um certo assunto, aquilo que a gente escolhe, por exemplo, um artigo é mais ou menos tácito que ela vai escrever certas coisas e eu vou escrever outras e isso depois, feito o plano do trabalho, reúne-se essas questões e aí sim tem o trabalho de aprimoramento, de ajuste, de acréscimo, mudanças que a gente vai fazendo. É um trabalho de extrema naturalidade, eu diria, e isso tem a ver com o fato de que são trabalhos ligados a projetos muito consistentes que levam naturalmente a uma convivência, a uma prática de produções de conhecimento que não é individualizada.

A co-autoria é um pouco parte, um pouco resultado, de um certo caráter coletivo da pesquisa. Evidentemente, isso não significa que todo mundo está fazendo a mesma coisa. Não, ao contrário, cada um está fazendo uma coisa diferente. Mas isso é feito dentro de um certo ponto de vista, de uma convivência, de reuniões, de discussões, de reuniões de trabalho, programas de leitura que vão definindo os interesses, e aí o modo de escrever vai lidar um pouco com aquilo que tem mais a ver com o meu lugar teórico nessas questões ou que tem a ver com o lugar teórico dela nestas questões.

Então, isso é uma construção do próprio procedimento do trabalho coletivo. Eu acho que é uma questão extremamente importante pra ciência, para as áreas das Ciências Humanas principalmente, porque as áreas das Ciências Humanas têm uma tradição menor de trabalho coletivo e uma tradição menor de co-autoria, por razões evidentes. Como pra nós a noção do autor é uma questão que tem um peso muito específico, nós não temos muita facilidade na nossa área de nos apresentarmos como autor de uma coisa sobre a qual a gente não tenha efetivamente escrito uma parte.

Para nós, não basta você ter conversado sobre o assunto ou ter participado de algum modo indiretamente no projeto pra gente se ver como autor. A gente tem cuidados com a prática da co-autoria, um cuidado diferente do que, por exemplo, as ciências biológicas onde a prática de co-autoria tem outra natureza. Para nós, é

importante que construamos um lugar extremamente positivo pra ter a co-autoria, que é resultado do fato de que se faz pesquisa em conjunto, coletivamente, e se escreve a partir disso, coisas que são resultados dessa pesquisa.

Em seu texto, Semântica do Acontecimento, o senhor faz considerações sobre a enunciação articulada à questão do político na linguagem, o que parece se aproximar bastante da posição discursiva postulada por Orlandi, no que se refere ao conceito de acontecimento, na medida em que ambos pensam a produção de sentido em sua relação com o político, com a história, com o simbólico. De que forma sua filiação enunciativa se aproximaria de uma discursiva no que diz respeito à produção de sentidos na linguagem?

É engraçado, a questão da história também é uma das coisas que eu carrego muito comigo. Eu, por exemplo, quando era estudante, fui professor de história, sim, nunca me formei em história, nunca tive registro de professor de história. Mas houve um certo momento em que nós tínhamos um curso, que se chamava de madureza, naquele momento, aquilo que é o supletivo hoje. Eu, na divisão das disciplinas, era o professor de história e isso era uma coisa que me agradava muito. A questão da história de um modo geral é uma coisa que me envolve muito. Depois na minha formação de graduação, tem duas coisas, primeiro a questão da história da literatura que era uma questão que estava sempre presente e outra coisa era o problema da história da língua, por essa posição filológica que a minha faculdade tinha. Professor de tradição filológica, eu fui aluno dele, até quase o final do curso. A gente tinha essa tradição filológica, tinha essa questão histórica que vinha por aí, isso é um lado da coisa.

Na minha formação, tanto a formação dentro da perspectiva enunciativa e em geral, fui levado a ter um contato com um certo tipo de pensamento semântico, inclusive lógico, formal neste momento, e as questões argumentativas começaram a me mostrar, neste tratamento específico, a necessidade de prestar atenção em certas questões até históricas mesmo sobre a linguagem. Tanto que se tem, por exemplo, pra citar um artigo de Ducrot e do Vogt, “De magis a mais”, em francês. É a história de como se construiu a conjunção ‘mas’, por exemplo, no francês, no português, nas línguas românicas. Você vai de um advérbio a uma conjunção. Eu mesmo,

um pouco nesta perspectiva, fiz um estudo histórico sobre a conjunção ‘embora’ que é uma expressão medieval, ‘em boa hora’, que era uma expressão de augúrio, adverbial, que vai se transformar numa conjunção. Bom, essa questão da história está sempre presente.

O contato com a Análise de Discurso (AD) traz essa questão da história num lugar muito preciso, o do ponto de vista materialista, que não é nem uma atitude historiográfica, nem idealista. Esse ponto de vista materialista, esse aspecto materialista, essa configuração que vem com a AD, vai dando os elementos que me levam a começar, que me levam a trabalhar o fato de que o sentido pode ser visto com o histórico, e com o lingüístico. É isso que a AD traz formulado teoricamente. Então, o problema pra mim, quer dizer, essa é a base da relação, e o problema pra mim é como é que eu posso trabalhar do ponto de vista da disciplina semântica, em que medida isso transforma ou não transforma a semântica, isso é uma questão. Como é que eu posso trabalhar isso e construir então um certo modelo de interpretação que seja de uma linha semântica e que atenda esse requisito materialista da história e tudo mais.

Bom, acho que esse é o aspecto fundamental do contato. Na AD, há todo um conjunto de conceitos que são produzidos e que, de alguma forma, servem ou são transportados, mas que estão o tempo todo presentes na relação. Há o conceito de discurso, por exemplo, conceito fundamental através do qual se pode colocar o problema da memória dentro do estudo científico de maneira tanto não-psicológica, quanto não-biológica, de uma maneira produtiva pra análise do sentido. Agora, por outro lado, esse procedimento na apropriação que faço dele mantém algumas coisas que são próprias de uma disciplina semântica, que é o tratamento do enunciado, o tratamento da forma do enunciado, enquanto unidade, então o grande problema é como relacionar essas coisas. Você tem do outro lado o limite do que seria já uma pragmática, ou do que seria uma semântica formal, que é um universo no qual o contato de nível teórico seria da lógica ou das ciências cognitivas. Então, a AD entra aqui, para minha semântica, como o lugar de uma formulação teórica que traz elementos, que possibilitam tratar o sentido de um ponto de vista não-lógico, não-cognitivo, por exemplo, histórico, e por outro lado fica, na medida em que é uma semântica, o tratamento desses aspectos do ponto de vista semântico. Isso tem a ver com uma coisa também muito importante deste universo que é o seguinte: a própria AD, por exemplo, coloca que o Pêcheux, por

exemplo, coloca que uma das coisas fundamentais na AD é se ter uma teoria da enunciação. Quer dizer, se eu não me engano, ele diz que uma teoria do discurso inclui uma teoria materialista das relações sociais e uma teoria enunciativa, um estudo enunciativo sobre a linguagem e isso atravessado por uma teoria do sujeito. Então, se olharmos pelo lado da AD, a AD de uma certa forma se pergunta sobre uma teoria da enunciação e é fácil ver como isto está presente no decorrer da AD, está desde a Análise Automática do Discurso. Aí há uma questão enunciativa. Todo aquele jogo imaginário, a imagem que A faz de B, todas aquelas imagens ali dizem de uma relação enunciativa, de certo modo. O mais interessante é que, teoricamente, a AD se pergunta, quer dizer, ela diz da necessidade de você ter uma teoria lingüística da enunciação para poder basear o próprio desenvolvimento da AD.

Então eu acho que é esse o lugar que eu procuro trabalhar, quer dizer, fazer com que eu possa trazer da AD aquilo que me possibilite formar essa semântica da enunciação e que, ao mesmo tempo, possa ser elemento para aquilo que a AD possa precisar ou querer de uma semântica. Porque a AD não vai poder se utilizar de uma semântica formal, a menos que pegue seus resultados e os verifique, os critique. Genericamente é um pouco isso. Na prática, isso vai se dando passo a passo, sobre fatos muito específicos da análise. No começo, era muito mais em torno de como podíamos pensar a relação da polifonia, da diversidade do discurso ou do sujeito.

Depois, a própria noção da enunciação e a questão da noção de acontecimento, como ela se dá na AD, como isso pode aparecer para a análise enunciativa, para a semântica do enunciado e aí através de estudos específicos. Quer dizer, eu passei um bom tempo fazendo várias coisas, uma delas era estudar nomes próprios, uma coisa que inicialmente parece um pouco insípida. Pessoas têm nome, como é que esse nome refere coisas assim. Passei um bom tempo estudando nomes próprios, e a insistência era exatamente porque o nome próprio, ele é o tipo de fenômeno lingüístico que parece dizer para nós o seguinte - olha isso serve para falar das coisas - que seria o oposto da posição que eu quero defender, quer dizer, as palavras significam porque elas têm relações de linguagem e essas relações são históricas.

O trabalho com nome próprio era um pouco produzir o avesso daquilo que aquela impressão inicial traz, ou que o senso comum estabeleceu como impressão inicial sobre o nome próprio, que é

essa coisa, bom, ele serve para falar das coisas que estão lá fora. Veja, e aí essa relação com a AD é fundamental para mim, porque jamais a AD poderia formular que o nome próprio só serve para isso, pelo arcabouço teórico que ela tem, não cabe. Isso me levou a várias coisas, me levou a desenvolver certos conceitos dentro daquilo e me levou a propor uma análise de nomes próprios diferentes de qualquer análise formal, lógica ou pragmática. O que me fez operar de uma maneira mais precisa, segundo eu penso, esse lugar particular de uma semântica que tenha essa relação específica com a AD e não com a lógica e não com uma ciência cognitiva.

Este estudo, sobre nome próprio, em certo sentido era mais pessoal, mas em um certo momento ele passa a ter contato com um projeto coletivo em um outro lugar que é o Laboratório de Estudos Urbanos (LABEUB), onde um grupo de pessoas passa a se preocupar com o fenômeno da linguagem no espaço da cidade. Então, eu comecei a me preocupar com o problema do nome próprio no espaço da cidade. Imediatamente o que vem são os nomes de ruas. Então, eu passei a incluir essa questão nessa preocupação sobre nome próprio, e aí isso ganha, e o grupo que está se preocupando com o problema no LABEUB é um grupo ligado também a questão da AD, boa parte do grupo, então essa convivência continua, neste caso, isso me ajuda a aprofundar. Neste momento, por exemplo, que eu vou formular a noção de 'acontecimento' que eu tenho utilizado de uns tempos pra cá, a noção de acontecimento como o que faz diferença na sua própria ordem, vem no meio desta discussão dos nomes próprios de rua, você tinha a questão do acontecimento, a questão da enunciação, isso vem desde 1991, 1992.

Curiosamente, eu comecei estudando nomes abstratos. Por exemplo, 'cidadão'. Comecei por esses aspectos, mas ao começar isso eu já fiz um estudo sobre as diferenças de nome comum e nome próprio e me dediquei nesse primeiro momento aos nomes comuns. Em seguida, eu recupero essa questão dos nomes próprios, reponho como central os nomes próprios e aí coloco essa questão de nome próprio de rua, por exemplo, e acabo deslocando depois alguns outros estudos sobre alguns conjuntos específicos de nomes próprios. E todos eles afetados por uma coisa que a AD dá, quer dizer, que o nome próprio, não é que ele não refere algo, mas antes de tudo ele significa algo de algum modo. Se algo pode ser referido pela linguagem é porque isto está para a linguagem na

medida em que a linguagem significa isso de algum modo e isso é uma questão que vem da AD, dessa relação com a AD. E aí, na posição materialista, acabam aparecendo outras pessoas. É o caso, por exemplo, do pensamento do Rancière, que aparece em 94, salvo engano, não me lembro o ano da publicação, em 94 ou qualquer coisa parecida com isto, nós publicamos, eu e a Eni, uma tradução do livro **Os nomes da História**, de Rancière, que é um trabalho muito interessante sob vários aspectos, tanto como uma reflexão sobre a História, quanto sobre certos aspectos do funcionamento da linguagem, dos nomes...

No livro sobre a história da enunciação no Brasil, organizado pela professora Beth Brait, o senhor comenta os anos fortes da teoria da enunciação. E aí nós perguntamos: qual foi o lugar de Benveniste para a institucionalização da enunciação no Brasil e qual o seu lugar atual?

Quanto aos estudos enunciativos no Brasil, para mim, Benveniste tem um papel decisivo. Isso acontece por vários caminhos. Primeiro, há um reconhecimento dele, o Brasil o reconhece, tal como se pode ver por seu **Problemas de Lingüística Geral I**, traduzido na década de 70, eu acho, não me lembro a data precisa desta edição, e passou a ser um livro de largo uso.

Depois, nós temos uma outra coisa importante, quando Ducrot passa a ter um contato com o pensamento brasileiro, no início da década de 70, 72, se não me engano, é o primeiro ano que ele vem ao Brasil, ele vem para colaborar com o início do programa de pós-graduação em lingüística. Uma das coisas que claramente ele traz, junto com várias outras, é a formulação de posições a partir de certas questões claramente benvenistianas. É o caso da posição que considera que a enunciação está marcada na língua. Posição que é o princípio fundamental que sustenta todas as descrições contidas nos artigos que estão nas seções “O Homem na Língua”, que está não só no **Problemas de Lingüística Geral I**, mas também no **Problemas de Lingüística Geral II**. Todas aquelas descrições mostram que há formas na língua que são marcadas pela sua enunciação.

Isto é uma coisa que está absolutamente presente no Ducrot e o contato de Ducrot com o Brasil, aqui na UNICAMP, na USP, em outros lugares a que ele vai, é essa coisa também que se deu de uma maneira muito evidente. Tanto porque a questão do Benveniste

aparecia diretamente, quanto porque indiretamente o trabalho do Ducrot era desta natureza. Quando ele formula, em 73, a concepção de que a argumentação está na língua, é exatamente uma formulação benvenistiana. Você tem uma marca da argumentação, a argumentação é uma relação eu-tu, locutor-destinatário, se argumenta para alguém, isto está marcado na língua. Então, isto eu acho que é um lado importante do modo de presença do Benveniste. O outro aspecto da presença do Benveniste está ligado à lingüística histórica dele. Você tem alguns lingüistas brasileiros, o professor Izidoro Blikstein, por exemplo, para quem o Benveniste tem um papel importante na suas teses, isso nas décadas de 60 e 70.

A partir desses contatos, você vai ver que Benveniste passa a ser, por exemplo, motivo de programa de cursos, com alguma freqüência. Acho que isso se intensifica, talvez, na década de 1980. A década de 80, eu acho que vai ter um papel importante para o pensamento de Benveniste que estará fortemente presente em programas de curso de graduação, de pós-graduação. Não sei se estou esquecendo alguma coisa, que eu gostaria de dizer... porque ele entra, por onde ele entra na lingüística, acho que são estes caminhos, e aí você tem um outro aspecto da posição dele, que é uma posição seguinte, a lingüística no centro das Ciências Humanas. No pensamento do Benveniste, linguagem, antropologia, história, tudo isso vem junto. Não é que ele busque uma antropologia lá fora, ele formula essas questões pela análise lingüística que ele faz, ele não tem uma antropologia que ele mobiliza. Não, ele faz uma antropologia, ele faz uma história e isso tudo é ao mesmo tempo lingüístico. O Barthes tem uma frase que eu não vou me lembrar agora, que diz, quer dizer, no fundo ele tem uma ciência que não tem nome ainda. E acho que tudo isso, esta novidade, faz parte de uma certa sedução do pensamento dele, naquele momento, e que continua a ter.

A outra coisa é que Benveniste desenvolvia paralelamente na lingüística certas questões da filosofia da linguagem. E isto eu acho que é uma coisa fundamental. Estas suas preocupações, a razão principal delas, todo este movimento dele, é um movimento de incluir no objeto da lingüística a questão do sujeito, naquele momento. Quer dizer, era uma questão (a do sujeito) que pelo movimento estruturalista tinha refluído. Então, todo esse movimento de Benveniste desde a década de 30 é de reincluir a questão do sujeito de alguma maneira. E isso tinha um paralelo na filosofia da linguagem, que pode ser vista em Wittgenstein, por exemplo, no

Austin, para citar dois grandes nomes. De um outro ponto de vista você tem o Grice, tudo é década de 40 ou 50. O Benveniste é um homem daquela época.

Ele é esse homem na lingüística, no interior da lingüística, como lingüista e além de tudo ele é um lingüista das línguas, ele era um homem dedicado a escrever sobre as línguas. Ele costumava dizer que ele era um especialista em persa antigo, mas ele sabia muito mais coisas que o persa antigo. Eu acho que todo esse aparato era a questão do momento, era a questão do sujeito na língua, na linguagem e na língua. Eu acho que ele é uma pessoa que marca isso de uma maneira muito particular pelo caráter lingüístico, então eu acho que isso são razões bastante interessantes. O pensamento brasileiro é um pensamento que tem uma relação com o pensamento europeu muito grande, com o pensamento francês muito grande, então a gente tinha contatos de lado a lado, e que as instâncias eram conhecidas, circulavam. Isso movimenta, quer dizer, você tem uma modificação das condições do pensamento lingüístico a partir disso, e de outras coisas, mas esta presença é uma presença expressiva.

Por outro lado, você tem um artigo dele que ficou extremamente famoso naquela época que era “Semiologia da língua”, em que ele, para produzir uma caracterização daquilo que era específico da língua, da linguagem, ele faz um estudo do modo de funcionamento dos diversos sistemas de signo (cultura, música) e coloca a diferença da língua neste domínio. Isso é uma questão de impacto grande para o pensamento lingüístico, o que é o específico da lingüística, aquela questão de que só a língua é capaz dos dois funcionamentos dos sistemas semiológicos e daí que por isso só a língua é capaz de metalinguagem. São esses os elementos que, de uma certa forma, criam as condições para a circulação do pensamento dele. Ele foi, então, traduzido para o português. **O Problemas de Lingüística Geral I** passou a ter um lugar forte porque estava traduzido, portanto podia ser lido mais amplamente por especialistas, e então eu acho que isso teve uma grande propagação. Os programas de pós-graduação tomados por isso, começaram a se multiplicar e a difundir isso pelos alunos e pelos novos programas que vieram, e isso resulta em um desenvolvimento de seu modo de pensar.

Agora, qual o lugar dele hoje? Eu acho que é um pouco esse lugar mesmo, só com a diferença de que ele é um dos lugares de abertura desse espaço e esse espaço já caminhou bastante,

portanto hoje, curiosamente, talvez hoje, para ser benvenistiano, você tem que dizer que não aceita várias coisas que ele fazia. Para ter relação com o pensamento dele, você tem que manter alguma distância dele porque essa história é um processo, mas eu acho que ele é, ele continua sendo decisivo para todo esse caminho de pensar o problema que você tem a questão do sujeito na língua, do sujeito na linguagem. Ele continua sendo referência para pensar isso. Principalmente porque pensar no Benveniste a esse respeito é um dos caminhos importantes pra se diferenciar esta posição de uma posição pragmática. Hoje ele teria, talvez, esse papel teórico importante, ser o lugar de referência de uma posição não-pragmática a esse respeito. Porque as posições a respeito do sujeito que enuncia se pragmatizaram fortemente. Nós temos, inclusive, leituras pragmáticas do Benveniste, isso é um tanto equivocado evidentemente. Mas eu acho que ele teria esse lugar importante ao lado de outras posições que também não são pragmáticas, mas aí já começa a vir a diferença, quer dizer, a posição da AD não é uma posição pragmática relativamente à questão do sujeito, mas aí você vai ter uma oposição entre o pensamento cognitivo e o pensamento da AD sobre muitos aspectos. Mas eu acho que ele continua a ser um lugar de referência para marcar essa questão do sujeito que é uma questão de linguagem e não uma questão psicológica. Talvez esse seja um dos aspectos decisivos de sua contribuição.

Depois no caminho ele tem alguns artigos que são decisivos para a formação de muita gente. O artigo dele sobre os níveis de análise lingüística, por exemplo, é um artigo que foi decisivo para a formação de muitas pessoas de uma certa geração, e que eu acho que ainda hoje é um artigo útil para você formar as pessoas, dependendo daquilo que você quer naquele momento. É difícil reduzir um lingüista àquele projeto que está ali, de análise lingüística hoje, mas há algo que diz respeito específico àqueles níveis. Por isso a leitura do artigo continua sendo uma leitura importante. É um pouco isso, quer dizer, engraçado, é uma pessoa muito particular nos estudos lingüísticos, o Benveniste.

Eu não sei se é pertinente isso que eu vou dizer, mas talvez ele não abra caminho também para uma questão discursiva já que ele fala dessa coisa da semiótica, e estar na língua, e particular da língua, e o semântico... Será que já foge para uma questão discursiva ou será que não?

Em um certo sentido sim, sem dúvida nenhuma, não é à toa que ele usa a palavra discurso, e a palavra discurso está aí nesses espaços, embora num sentido diferente. Eu acho que sim, tanto ele quanto o outro lingüista (o Jakobson) que naquela mesma época também tratava de questões enunciativas, mas aí tinha uma marcação mais funcionalista e, portanto, um pouco afetada em um certo aspecto psicológico, vão ter um papel nessa questão discursiva. Eu acho que tem uma relação, a questão é que, se eu pensar o problema, a questão do discurso, está bom, pode ser que sim, mas a questão da AD, aí você tem uma diferença teórica muito forte. Agora, de qualquer forma, quando a gente fala dos níveis de análise lingüística, quando você passa da frase, você tem outra lingüística, o que ele está falando é isso, sobre a lingüística do texto, bom, do discurso, você precisa de uma outra lingüística. Você não pode ter uma lingüística que só faz a descrição das formas.

Não tenho dúvida de que o pensamento dele está olhando para esse lugar que se desenvolveu depois, sem dúvida nenhuma. Agora, ele desenvolveu pouco isso, você não tem muito trabalho dele construindo essa outra lingüística, neste sentido: essa outra lingüística do texto, do discurso, você não tem muito trabalho dele sobre isso, ou você tem muito pouco dele sobre isso. Você tem é esses aspectos teóricos, quer dizer, o plano semântico, o semântico é o que discursiviza, o que instancia e produz sentido no nível semântico. Portanto, é o discursivo, às vezes, ele usa essa palavra e, desse ponto de vista, a minha resposta é sem dúvida sim.

Agora, se você pensar a AD, por exemplo, no sentido que eu estou usando aqui, aí você tem algumas diferenças, desde a própria concepção do que seja discurso, porque a posição do Benveniste é uma posição mais fenomenológica, e não materialista, como na AD. Isso vai dar diferenças bastante significativas, mas ele é uma pessoa que olha para esse outro espaço, diverso da estrutura.

Ele abre, mas é interessante, é como eu estava falando antes, é engraçado, porque é bastante forte, no texto dele, “Da subjetividade na linguagem”, em que ele refuta essa concepção de língua como instrumento de comunicação, mas em seguida parece que conceitua a língua como instrumento de comunicação, então, é engraçado isso dele. Não diria que ele conceitua, mas ele se refere em algum momento à língua como instrumento de comunicação.

Não, mas veja bem, isso não chega a ser uma incongruência. Sabe por quê? Porque ele diz assim, o problema dele não é dizer que a linguagem não comunica, não, ela faz isso mesmo, mas não é isso que a define, isso é uma consequência. O que a define é que ela constitui a subjetividade, isto é o que a define. E, na medida em que ela constitui subjetividade, como consequência, ela comunica. Por quê? Se ela constitui a relação intersubjetiva (EU-TU), o efeito disso, a consequência, uma das consequências, é a comunicação entre esses dois. Você entendeu? Então eu não diria que é uma incongruência, às vezes, a formulação pode não se dar muito precisa, mas se você pensar no geral é uma passagem para se fazer. Mas o que ele está dizendo é: não é que não comunica. Comunica. O problema é por que comunica, não é porque ela tenha essa natureza, não, isso é uma consequência da natureza que ela tem. É diferente do Jakobson, porque o Jakobson trata a língua como instrumento de comunicação. Ele a define como instrumento de comunicação.

Em seu texto “A ciência entre as políticas e a mídia”, o senhor afirma que “pode-se dizer então que as divisões das políticas de Estado entre as ciências que devem receber uma atenção especial dos organismos do Estado (as Ciências da Natureza, as Ciências Exatas e a Tecnologia) e as que não devem (as Ciências Humanas, a Cultura e a Filosofia) fundam-se, de uma certa maneira, sobre os debates do domínio da ciência. Pode-se dizer o mesmo a respeito da mídia de grande circulação, quando ela faz divulgação científica expressamente” (p.77). A partir dessa afirmação, faça a seguinte pergunta: qual a consequência disso para produzir conhecimento nas Ciências Humanas hoje?

Não sei se tem consequências diretas, mas consequências indiretas, seguramente sim. A primeira diz respeito a uma diferença de atribuição de valor social. Nessa diferença de atribuição de valor social, na medida em que se faz essa diferença, aquilo a que se atribui mais valor fica destinado a ter prioridades, no modo de organização política. Então, acho que isso é o primeiro aspecto, quer dizer, como consequência, não é que alguém proíba pesquisar isso ou aquilo sobre seres humanos. Na hora da prática da política científica, aquilo que é mais valorado tem mais prioridade, aquilo que é menos, tem menos prioridade. Mesmo que essa valoração seja

tácita e não explícita porque de uma certa forma, às vezes, ela não é explícita, ela é só tácita.

Bom, agora a outra questão é um certo debate do domínio do conhecimento em torno do que é, e do que não é ciência. Você tem desde as posições de que as ciências humanas não são ciência, até as posições que consideram que as ciências humanas são ciência. Há os que reivindicam que são ciências, e há aqueles que dizem que não interessa se são ou não, o que interessa é que é uma forma de conhecimento. Então, esse debate coloca uma pergunta sobre o caráter de cientificidade só de um grupo dentro das ciências, o outro grupo não tem que responder a essa pergunta. Tem outro grupo que não precisa responder a pergunta se é ou não é ciência, mas tem um grupo que fica diante da situação, que tem que mostrar que é ou que não é ou deixa pra lá, mas está afetado por essa questão, é ou não é ciência. Isso tem uma conseqüência, continua produzindo a mesma conseqüência que é, bom, isso é menos importante e tal, fica num grau de curiosidade menor. Eu acho que isso afeta desde o nível, vou dizer, no mecanismo de produção científica, nos organismos de fomento, o modo como os organismos de fomento pensam esta distribuição das ciências e como o lugar da atenção é aquilo sobre o qual não há dúvida nesta distribuição imaginária de valor, do que seja ou do que não seja ciência. Então, você passa a ter um grupo de ciências que são 'as ciências' e as outras ciências, bom, quem sabe... Então, eu acho que este é o primeiro efeito. Você tem políticas científicas que, mesmo que os organismos formulem uma coisa universalizada, eles praticam uma coisa regionalizada.

O resultado prático da atenção é maior sobre um domínio do que sobre outros. Isso se reproduz na estrutura das instituições, se reproduz isso na estrutura das universidades, no interior de cada universidade você tem essas reproduções. Elas são mais ou menos fortes dependendo da capacidade de produção de conhecimento dessas áreas não consideradas centrais nessa distribuição imaginária, que são as ciências humanas. Se essas áreas das ciências humanas são fortes, então, essa coisa no interior das universidades pode ficar um pouco mitigada. Mas mesmo no interior de qualquer grande universidade, você ainda encontra esses embates. Nas universidades menos fortes, menos organizadas, em relação ao conhecimento, isso pode ser catastrófico, porque a noção de falta de valor leva ao extermínio ou simplesmente a serem coisas desiguais. Nas universidades fortes não, porque todas as ciências vão ter força e, portanto, elas têm capacidade de embate. Por isso é

que o efeito não é direto, porque depende da capacidade de embate que o conjunto das ciências tiver entre si.

Numa universidade como a UNICAMP, por exemplo, as várias ciências humanas estão afetadas por isso, como em qualquer lugar, mas não é só na UNICAMP, um exemplo é a UNICAMP, mas elas têm uma capacidade de enfrentamento, de posição, que muda essa questão um pouco. Não suficiente talvez do nosso ponto de vista, mas seguramente é diferente das universidades onde o domínio das ciências humanas não tem essa mesma capacidade de enfrentamento. Eu não acho que é uma consequência direta, porque ela passa pelo modo como se pratica nas diversas instituições ou se constituem nas diversas instituições os grupos que estão envolvidos nestes diversos domínios, mas é um elemento fundamental desta distribuição de posições. O principal é esse problema de que organismos de fomento, de organizações político-científicas têm uma predisposição maior para alguma coisa. Mesmo que eles façam formulações universalizadas.

Claro que você fazer ciências da vida ou tecnologias exige um volume de recursos muito maior do que fazer ciências humanas. Mas isso não significa que as ciências humanas possam viver com recursos próximos de zero. A questão não é o volume de recursos que é dado. É, relativamente ao que é necessário, o que é que é dado? Isto, quer dizer, se a gente fosse capaz de produzir uma resposta sobre isso para o conjunto total dos domínios, aí se poderia responder melhor se as ciências humanas estão bem atendidas ou não, mesmo que elas recebam menos. Seguramente, seria possível dizer que as ciências humanas estão atendidas de modo semelhante às outras ciências com muitos menos recursos, mas seguramente, a quantidade que as ciências humanas têm recebido é menor do que aquilo que comparativamente as outras recebem, comparativamente, não de modo absoluto como as outras, como as ciências da vida, a física, a química, a um volume de recursos realmente maior. Não se trata de igualar isso, se trata de produzir uma distribuição correspondente àquilo que é necessário para se desenvolver qualquer que seja a ciência. Não sei se respondi, se esse era o foco da questão. Talvez eu não tenha tratado o problema da mídia ainda.

É essa questão de como é que, digamos, como é que isto é tido nas ciências humanas, mediante isto, é afetada sua própria

produção, como é que isso repercute, não sei, mas eu acho que é isso mesmo...

Então, eu acho que a questão se coloca assim, quanto mais forte for a instituição, menos isso será um grande problema. Se você está em uma instituição forte, de algum modo tem algum recurso para trabalhar esse embate, o que não iguala as condições, mas é diferente de você estar em uma instituição fraca, onde você não terá nenhuma, nenhuma condição de reverter minimamente as coisas, essa desigualdade, essa diferença. É curioso que a mídia opera a manutenção desse imaginário de distribuição de valores.

Não só a história da ciência faz isso, veja bem, a primeira ciência humana que aparece como disciplina que é a sociologia, aparece no século XIX, as outras ciências, a matemática, a astronomia, física, química eram ciências constituídas. Então, temos historicamente uma questão muito interessante (não se trata de lamentar, isso não resolve nada) o que interessa é produzirmos ações de trabalho com as nossas coisas, e ações relevantes, encontrar perguntas que movimentem o pensamento nos domínios das ciências humanas.

Nós temos objetos de extrema, para usar um jargão ao gosto pragmático, de extrema necessidade social. Se isso levar a desenvolvimentos fundamentais, conseguimos espaço, mas isso é um trabalho específico. Tratar o problema deste modo é entrar pelo aspecto utilitário. Mas eu acho que não se deve entrar por este aspecto. Eu acho que tem muito a ver com o imaginário sobre as ciências, as outras (que não as ciências humanas) têm mais prestígio, inclusive se tomado o problema do ponto de vista utilitário, do mais prático, mais visível, digamos assim. E, na verdade, os desenvolvimentos dessas ciências não dizem respeito necessariamente à utilidade, isso vem depois, mas os desenvolvimentos básicos não dizem respeito à utilidade. Por exemplo, no dia em que um cientista descobre que há uma substância ligada ao processo de gestação que se encontra também num lugar canceroso, uma mesma substância nos dois lugares, qual a utilidade prática disso? Pode vir a ter, mas isso em si é simplesmente a descoberta de que há alguma coisa.

No livro História da Semântica, o senhor faz uma distinção entre a temporalidade da história e a temporalidade que se faz ao constituir a história das idéias. Seria a primeira uma

temporalidade de acordo com o tempo físico, cronológico? E a segunda? O senhor poderia esclarecer essa distinção?

Veja bem, não se trata em nenhum dos dois casos de você pensar uma temporalidade física, evidentemente e nem necessariamente cronológica, a temporalidade cronológica, já não é mais uma temporalidade física, já é uma temporalidade organizada por um instrumento, um calendário, por exemplo. Você só pode pensar em dia, hora, porque houve uma instrumentação que dividiu o tempo de uma maneira. O tempo físico não tem essa divisão. Então, o tempo da história, não é um tempo físico, bom, mas não é também necessariamente um tempo cronológico, quer dizer, há certos tipos de história para as quais é. Agora, essa temporalidade da história, quer dizer, no momento em que você vai fazer história das idéias não se trata, do ponto de vista do historiador das idéias, de se contarem as coisas dentro de algum tempo, estabelecido de outro modo, ou cronológico, seja lá o que for. A história das idéias, ela tem que construir, ela tem que ser capaz de estabelecer uma temporalidade própria dessas idéias, qual é a temporalidade dessas idéias. O que é que faz com que você tenha relativamente um certo volume de idéias, de conceitos, desenvolvimento de conceitos, o passado e o futuro, relativamente a algum presente. O presente não é o nosso presente, bom, há um certo presente a se estabelecer. A metodologia tem que ser capaz de estabelecer esta conexão entre um passado, um futuro e um presente, relativamente ao movimento das idéias. O procedimento de análise tem que produzir um recorte, nestes objetos que são conceitos, que são idéias, que são métodos, que são práticas, ser capaz de encontrar a temporalidade delas, ou seja, que conexões essa coisa tem para estar ali.

Se você pensa gramática, também, como é que eu penso o conceito de gramática hoje? Porque eu preciso estabelecer uma temporalidade, para esse meu pensamento, olhar essa temporalidade, que passado eu posso incluir como passado desse conceito? Aí é que vem, é um passado que vem até a antiguidade clássica ou não, como é o passado desse conceito de gramática hoje? Pode ser que seja até de um século antes de cristo, como apareceu na gramática de Dionísio de Trácia, pode ser que não. Se eu quero saber do conceito de gramática, eu preciso estabelecer que temporalidade é essa desse conceito de hoje. Este presente de hoje, se eu quero hoje, se eu resolvi falar de hoje. Como é que eu incluo esse conceito, como é que eu relaciono esse conceito com o hoje dele, com o passado dele e com a projeção do futuro desse

conceito, quer dizer, que futuro está indicado no movimento desse conceito, naquele presente que você escolheu. A questão não é que eu digo simplesmente: tem um conceito de gramática hoje que tem a ver com um conceito que “X” fez, não sei quando, isso tudo seria pensar que isso seria empírico, que é uma positividade das coisas e que então aquele conceito do início é a causa desse conceito aqui, a questão não é essa. A questão é que se eu quero conhecer o funcionamento desse conceito e essa idéia de gramática, que temporalidade eu devo conseguir para poder compreender, ou seja, que passado eu preciso recortar do movimento desse conceito, que futuro eu projeto, eu partilho. E esse passado pode não ser o de antes de cristo. Qual é o passado? Por exemplo, se nós vamos falar da noção de complemento, você vai ver que a noção de complemento aparece na gramática tardiamente, se não me engano, no século XVIII. Então, o recorte é outro, só que às vezes eu preciso de mais que certos recortes, como é que a noção de complemento nasceu, ou eu não preciso disso? A metodologia precisa ser capaz de recortes, de produzir a temporalidade pertinente para fazer isso ter sentido. Isto não tem a ver com as datas necessariamente. Embora essas datas precisem ser conhecidas porque senão você pode inverter a ordem das coisas e tirar conclusões enganadas. Eu acho que praticamente é essa a questão. Mesmo do ponto de vista da história, ela também precisa ser pensada em relação à temporalidade dela. Agora, os fatos da história, a disciplina que estuda isto, ela constrói uma temporalidade específica pelo procedimento de análise. Não sei se consegui tornar claro. A temporalidade do procedimento de análise, o procedimento de análise precisa construir um modo de você construir a temporalidade dos fatos que você analisa, no caso dos conceitos, na história das idéias, não conceitos práticos, idéias.

Eu gostaria que o senhor falasse dos projetos em que está trabalhando agora.

Bom, eu continuo trabalhando na Semântica com a questão dos nomes, só que agora estou trabalhando com nomes comuns e abstratos. Voltei um pouco a minha questão de nomes abstratos de dez, quinze anos atrás, ligados, e aí uma ligação que eu estou fazendo, ao problema da História dos conceitos. Então eu faço o estudo semântico da palavra que nomeia este conceito. O que significa “civilização”, o que significa “cultura”, o que significa “empréstimo”. É um esforço de colocar a descrição semântica a

serviço da possibilidade de que a História das Idéias possa ganhar com essa análise também. Isso é um lado do trabalho.

Um outro lado é a minha participação em um projeto coletivo no LABEURB, a respeito da questão do consenso e da política. A respeito da noção do político, do consenso e a questão das políticas, do político na cidade e a noção do consenso/ dissenso como central nisso. Esse é um projeto coletivo do qual eu participo.

Depois, há um outro projeto coletivo que venho coordenando há algum tempo, que é um projeto que, de um lado, tem uma reflexão sobre a questão das relações de línguas e, que de outro lado, tem um objetivo prático que é disponibilizar um conhecimento sobre as línguas do Brasil para um grande público. É um projeto que se chama 'Enciclopédia das Línguas do Brasil'. Esse é um projeto que vai permanecer por um certo tempo porque tem uma parte teórica que se desenvolve e tem uma parte prática que é produzir verbetes, localizar, colocar e tal, disponibilizar, refazer.

Há também um outro projeto coletivo que coordeno. Ele faz parte do programa "História das Idéias Lingüísticas" que a Eni (Orlandi) e eu coordenamos - este programa vem se desenvolvendo desde os anos 1980 e já desenvolveu vários projetos. Atualmente, coordeno no programa o projeto "O controle político da representação". Um dos aspectos fundamentais deste projeto é tratar do conceito da representação, muito importante para filosofia e para lingüística, para ciências sociais. Há que notar, inclusive que em cada um destes domínios, o conceito não funciona exatamente do mesmo modo. Por exemplo, para filosofia, pode ser o problema de que o conhecimento representa o mundo, então você precisa saber o que é representação, para saber o que é o conhecimento. A palavra representa as coisas, ou não representa. Há também o funcionamento do conceito no plano político, há alguém que representa o outro. Representar é sempre um no lugar do outro, um pelo outro. Por outro lado, trabalhamos com a hipótese de que a representação é controlada politicamente, quer dizer, a noção de representação e o próprio modo de ela operar é controlado politicamente. Então, o projeto continua desenvolvendo a História das Idéias Lingüísticas no Brasil, mas com uma atenção voltada para estes lugares que refletem sobre o conhecimento.

Além disso, tenho um projeto individual, que na verdade é ligado à questão de que eu falei no começo, que é a de eu descrever palavras que já analisaram, substantivos e nomes abstratos, o tipo de civilização, empréstimo, cultura e outras. É um projeto do CNPq

que faz diretamente a relação entre as descrições semânticas e a história das idéias. É um projeto em que eu analiso o estudo da noção de empréstimo na lingüística histórica brasileira, porque isso me ajuda no conjunto das coisas. A gente trabalha sempre ligando uma coisa com outra, porque isso nos permite pensar o problema das relações de língua. A noção de empréstimo é uma noção decisiva na questão das relações de línguas? E isso pode abrir para a descrição semântica, pode desenvolver uma instrumentação de análise semântica. Acho que os projetos de pesquisa, se eu não estou enganado, são esses.

E como o senhor concilia o político, suas pesquisas de pós-graduação com suas atividades docentes?

É, é trabalhoso. Mas veja bem, isto vai muito de como cada um, de como as pessoas pensam como é que é estar em uma instituição. Eu acho que as pessoas pensam de maneiras muito diferentes, não acho que se tenha uma forma para responder qual é a melhor maneira de fazer isto. Do meu ponto de vista, eu acho que isto está ligado, primeiro, com uma compreensão claramente política das práticas humanas, eu não consigo compreender as práticas humanas sem que eu as veja politicamente. Bom, isso me coloca na posição de que então eu não me sinto desobrigado de tratar diretamente essa questão política.

No caso das instituições isso é uma questão muito particular, quer dizer, no funcionamento da instituição, tem uma questão de distribuição de poder muito particular. A instituição acadêmica é uma instituição que tem uma estrutura de poder e essa estrutura de poder passa de algum modo pelas qualificações das pessoas. Você não pode pensar uma universidade como uma simples distribuição democrática, no sentido da cidade, do estado, porque na distribuição do estado, aquilo que você está distribuindo é o lugar de cidadão, esse é o lugar distribuído. Deste ponto de vista, cada um é igual ao outro. Quando você pensa a universidade, o que está posto, em específico na universidade, não é o seu caráter de cidadão, embora ele esteja ali presente. O que está posto na universidade é uma outra distribuição de lugares sociais, há professores, há alunos, há funcionários, há professores que são doutores, há professores que são titulares, isto é regulado por um conjunto de valores. Então, você tem uma distribuição de posições políticas afetada por uma questão da qualificação intelectual das pessoas. Isso exige que, ao lado de você ter que construir uma vida intelectual, que é o objetivo, você

precisa trabalhar um modo de que seu trabalho intelectual tenha as condições suficientes para se desenvolver adequadamente. Isso significa o quê? Isso significa que você tem que construir lugares políticos que tornem possível que as posições que você tem, que outros têm, que grupos que estão relacionados com você têm, possam ter as condições de se desenvolverem socialmente. Veja que é um pouco inevitável a atenção à situação política, do meu ponto de vista.

Evidentemente que isto é, às vezes, um pouco trabalhoso. Quer dizer, acumular as duas coisas às vezes é um pouco trabalhoso, mas eu acho que toda a pessoa que está dentro de uma instituição de nível intelectual, de alguma forma faz essas duas coisas, mais para cá, mais para lá, mas faz, porque o problema é por onde a pessoa escolhe fazer, mas faz. Porque se não ela não vai ter as condições de produzir um trabalho, e não adianta reclamar, não é porque “– Ah, não deram”, não, porque ninguém vai dar mesmo, isso não é uma coisa de graça, isso diz respeito às práticas sociais, à distribuição das relações sociais, das forças sociais. Ou você busca isso ou você não tem. Então, para mim é um pouco isso. Agora evidentemente tem a ver com o meu modo particular de enxergar e de me dedicar por conta desse ponto de vista particular a certas ações práticas e políticas da instituição, ou na relação das instituições umas com as outras, ou no conjunto de organismos nacionais de política pública. Então, às vezes, fica um pouco difícil, um pouco pesado, mas a minha sensação é de que posso estar equivocado no modo de olhar a história, não é? Mas a minha sensação é de que o resultado foi positivo, ou seja, é que esse lado do trabalho político, que a gente faz com muitas pessoas, isto não se faz só, no fundo todas essas pessoas que estão nos projetos coletivos conosco, cada um, de uma certa forma, está envolvido nisso, como outros colegas que não estão nos nossos projetos mas estão nos deles. Todo mundo está envolvido nisso, então a impressão que tenho, olhando depois de alguns anos, é que o resultado foi positivo, ou seja, que foi possível construir alguma coisa, às vezes, é fatigante em alguns momentos, às vezes, a gente tem a idéia “- Oh, que bom seria se eu pudesse ficar em casa só escrevendo”, o que é uma ilusão porque se você for para casa só escrever não vai funcionar. Isto é uma ilusão, porque o trabalho intelectual não é assim, é um trabalho de relação, um trabalho de contato. Na prática brasileira, a pesquisa é muito relacionada ao problema de ensino, não só na prática brasileira, mas na prática

brasileira eu acho que dar um curso de pós-graduação é sempre decisivo para sua pesquisa andar, não porque necessariamente você vai falar as coisas de sua pesquisa, até porque a gente fala as coisas da pesquisa, mas pode ser por outra razão, por outras questões que você se obriga a ler, pelo fato de você ter que dizer as coisas que você está pensando.

E há ainda a questão dos grupos de pesquisa. Tudo isso para você ter financiamento. Você tem que arrumar financiamento. Nada é sacralizado, então se você quer dinheiro você tem que buscar, se você precisa, tem que buscar. Evidentemente que o modo de se envolver é diferente de pessoa para pessoa, e eu seguramente sou o tipo das pessoas que se envolvem, talvez, mais, não estou dizendo que sou eu que me envolvo mais, não, eu estou no grupo. Em um bom grupo de pessoas, que é até razoavelmente numeroso, que se envolve muito com isso, e há outros que se envolvem menos com isso, e se envolvem mais com outras coisas. E depois tem um aspecto também, eu acho muito pouco provável que a gente possa fazer coisas fazendo uma coisa só. Se existe alguém que só fique fazendo uma coisa, em geral ele não faz. Fazer coisas significa fazer uma e outra, e outra; artista, por exemplo, vai ver o que ele faz na vida dele, faz um punhado de coisas, ele não faz uma coisa só.

Então, eu acho que é um pouco isso, é um pouco inevitável que você tenha uma certa multiplicidade de profissões. Às vezes, se as condições brasileiras de funcionamento da política científica fossem mais amigáveis, talvez fosse possível fazer isso com um peso menor. Agora, o grande segredo disso é você não entrar na política científica, na luta política para deixar de lado sua vida intelectual, porque às vezes isso também pode acontecer. A pessoa entra na ação política e, a partir daquele momento, ela fecha a porta do trabalho dela, aí também pode ter até um bom resultado político para o conjunto da sociedade, mas aí há uma perda de produção intelectual. O importante é a gente efetivamente fazer um esforço de, ao fazer política, não parar sua vida intelectual. É por isso que, por exemplo, por mais trabalho administrativo que eu tenha, em algum momento da minha vida, em órgãos de fomento, seja lá o que for, em associações, eu não deixo de dar aula, mesmo que eu tenha direito, dependendo da carga de trabalho que eu tenha, pelo menos na nossa universidade, eu tenho o direito de não dar aula, mas um elemento fundamental é não fazer isso. Porque se você pede para não dar aula em algum momento, você vai ter tendência a não dar

aula no outro e aí você cria o mecanismo de distanciamento. Então, você tem que deixar o lugar que te obriga, porque aí você vai fazer.